

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO SOBRE A GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO BRASIL

Pollyana Vieira de Andrade
Pontifícia Universidade Católica(PUC)
pollyanavieiradeandrade@gmail.com

Daniela da Costa Britto Pereira Lima
Universidade Federal de Goiás (UFG)
daniela_lima@ufg.br

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta um levantamento bibliográfico, vinculado ao projeto de pesquisa “Gestão da Educação Superior a Distância no Brasil na perspectiva dos atos normativos”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFGO), na linha de pesquisa Estado, Políticas e História da Educação.

A pesquisa em questão tem como objetivo geral analisar a publicação existente acerca da gestão da educação superior a distância (EaD) no Brasil, especificamente em teses, dissertações e artigos científicos de repositórios do Brasil e de Portugal, entre os anos de 2003 a 2020.

Nesse contexto, segundo os dados do Censo da Educação Superior (2019) no Brasil, a EaD tem crescido significativamente nas últimas décadas, principalmente em oferta de cursos de graduação, fazendo com que as instituições necessitem refletir sobre seus processos de gestão.

Para tanto, destaca-se o Censo da Educação Superior (2019) que analisa os dados entre os anos de 2009 e 2019, cujos resultados apontam que o número de matrículas cresceu 378,9%, e a quantidade de ingressantes, que respondia por 16,1% do total, passou para 43,8% (BRASIL, 2020). Ressalta-se que, sobre o total de vagas oferecidas para ingresso em cursos de graduação, na modalidade presencial a rede pública ofereceu 734.225 vagas e a rede privada 5.295.477; enquanto na modalidade a distância a rede pública ofereceu 103.584 vagas e a rede privada ofereceu 10.292.016. Este documento informa também que, pela primeira vez, o número de ingressantes em cursos de EaD ultrapassou a quantidade de estudantes que iniciaram a graduação presencial na rede privada, ou seja, de um

total de 3.074.027 de alunos, 50,7% iniciaram na graduação em EaD e 49,3% iniciaram na graduação presencial.

Dessa forma, ao facilitar a oferta, a exemplo do decreto nº 9.057/2017, que define que as instituições de ensino superior podem ampliar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação a distância, há uma tendência de desregulação da modalidade, o que poderá interferir na qualidade dos cursos ofertados (CRUZ; LIMA, 2019).

Nesse contexto, acerca da expansão da educação superior, especialmente a modalidade de EaD, Santos (2018) realizou uma análise de documentos de organismos multilaterais, como Banco Mundial; Organização das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE). A autora destaca que essa modalidade de ensino no país está permeada pelo discurso da democratização e da ampliação das oportunidades educacionais, fortemente marcado pelos compromissos internacionais assumidos pelas autoridades governamentais perante indicações dos organismos multilaterais.

Nesse cenário, no que se refere às universidades públicas, emerge a modalidade de EaD, gerida num contexto de política pública típica do Estado neoliberal (MILL; FERREIRA; FERREIRA, 2018), composto de contradições, em que se situa a educação como direito social e bem público e a educação como negócio e mercadoria, marcada por um “campo de disputa” (BOURDIEU, 2004) contemplando as características da chamada universidade operacional (CHAUÍ, 2003).

RESULTADO DAS ANÁLISES

Por meio desse levantamento bibliográfico, foram analisados e selecionados 99 trabalhos como sendo pertinentes ao objeto desta pesquisa, sendo 12 teses, 15 dissertações e 72 artigos. No entanto, foi possível perceber que a maior parte das publicações relacionadas à “Gestão da educação superior a distância no Brasil” foi encontrada nos anais dos simpósios e congressos internacionais da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), com 41,41% dos trabalhos selecionados. E a menor quantidade de trabalhos encontrados foi na base de dados dos anais das reuniões nacionais da Associação Nacional de Pós-

Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), com 7,07% dos trabalhos selecionados.

Sobre o tipo de trabalhos encontrados, foi constatado que a maioria deles se refere aos artigos científicos (72), encontrados nas bases de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), nos Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP), nos anais dos simpósios e congressos internacionais da ANPAE e nos anais ANPEd.

Contudo, no decorrer das análises, percebeu-se que os trabalhos selecionados – entre teses, dissertações e artigos – são bastante específicos sobre os aspectos da gestão da EaD e sobre os aspectos que compõem esse processo como um todo. Tais aspectos versam basicamente sobre as dimensões da organização e da gestão de cursos na EaD na educação superior, considerando o crescimento vertiginoso das iniciativas de estruturação de sistemas de educação a distância no Brasil, evidenciado pelo número de instituições atuando na modalidade e pelo número de cursos ofertados e de alunos matriculados.

CONCLUSÃO

Por meio deste estudo, conclui-se que há poucas pesquisas sobre “gestão da educação superior a distância no Brasil”. É preciso ter algumas questões em destaque para analisar esse quadro. A gestão da EaD precisa ser vista como gestão do sistema, seja em nível universitário, seja na relação da universidade com órgãos governamentais e com a sociedade. Deve-se considerar, também, que essa modalidade educacional é central para o quadro educacional brasileiro, principalmente pela configuração que as políticas públicas de educação, as legislações educacionais e as metas estratégicas plurianuais de educação têm tomado. Por fim, compreende-se que esses elementos, em conjunto, justificam e tornam urgente pesquisar e analisar criticamente, as questões que permeiam tal temática.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: EdUnesp, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024)**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 2 out. 2015.

BRASIL. **Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/463842678/decreto-9057-17>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Sinopse Estatística da Educação Superior – Censo 2019**. Brasília-DF: INEP, 2020.

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 26., 2003, Poços de Caldas-MG. Conferência de abertura. Poços de Caldas, MG: ANPEd, 2003. Mimeo.

CRUZ, J. R.; LIMA, D. C. B. P. Trajetória da educação a distância no Brasil: políticas, programas e ações nos últimos 40 anos. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 13, abr. 2019.

MILL, D.; FERREIRA, M.; FERREIRA, M. G. D. Gestão da Educação a Distância na universidade pública como campo de disputa: da instituição social à academia líquida. **RBPAE**, v. 34, n. 1, p. 143-166, jan./abr. 2018.

OLIVEIRA, J. F. de; LIMA, D. C. B. P. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: tendências e desafios no contexto do PNE (2014-2024). In: OLIVEIRA, J. F. de; LIMA, D. C. B. P. (org.). **Políticas de educação superior e PNE (2014-2024): expansão, qualidade e tendências**. Brasília: ANPAE, 2019. p. 16-22. Disponível em: <http://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/PoliticaPNE-Final.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SANTOS, C. A. Educação Superior a Distância no Brasil: democratização da oferta ou expansão do mercado. **RBPAE**, v. 34, n. 1, p. 167-188, jan./abr. 2018.